



17865514

08084.007708/2021-53



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Núcleo de Preparação de Aquisição e Contratação

NOTA TÉCNICA Nº 57/2022/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.007708/2021-53

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS - CGDS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de procedimento licitatório visando a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, recepção, secretariado e de condução de veículos de representação, para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília/DF, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos de auxiliar administrativo, assistente administrativo, recepcionista, secretário executivo, técnico em secretariado e motoristas executivos, que deu origem ao Pregão Eletrônico nº 08/2022.

1.2. Conforme informado no DESPACHO Nº 139/2022/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (17862121), após a desclassificação das empresas JWC Multiserviços LTDA - CNPJ nº 04.090.759/0001-63, Cunha Locação Serviços & Construtora LTDA - CNPJ nº 20.357.581/0001-20 e THS Tecnologia Informação e Comunicação LTDA - CNPJ nº 10.757.593/0001-99, por apresentarem propostas com valores finais manifestamente inexequíveis, nos termos do item 8.4.4 do Edital, restou classificada em primeiro lugar a empresa **CONTATO SERVICOS DE CONSERVACAO E MANUTENCAO EIRELI - CNPJ nº 04.768.594/0001-36**.

1.3. Diante disso, os autos foram encaminhados à esta área demandante para análise e manifestação quanto à proposta comercial, exequibilidade dos preços ofertados, especificações do objeto e habilitação técnica da licitante, conforme documentos SEI nº 17861448 e 17861463.

2. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA PLANILHA DE CUSTOS

2.1. Em análise preliminar à planilha de custos e formação de preços apresentada, constatou-se as seguintes impropriedades:

MÓDULO 1 - Composição da Remuneração.

2.1.1. A proponente não apresentou as CCTs a qual as categorias profissionais da proposta se vinculam, conforme exige o item 6.1.2.1 do Edital. Ainda que o enquadramento sindical da empresa com base em sua atividade econômica preponderante se inclua exclusivamente na esfera de avaliação da proponente, infere-se que os salários base utilizados na formulação de sua planilha de custos foram extraídos de Convenções Coletivas firmadas por sindicatos patronais representantes de diferentes categorias econômicas, o que demandaria a apresentação de justificativas por parte da licitante.

MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios.

Submódulo 2.1 (13º salário e adicional de férias)

2.1.2. A empresa adotou os percentuais indicados no modelo de proposta. Sem ressalvas.

Submódulo 2.2 (Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições)

2.1.3. Os percentuais dos encargos previdenciários e demais contribuições estão de acordo com o estabelecido pela legislação vigente.

2.1.4. A proposta apresentou o percentual de 1,5% referente ao RAT e a empresa encaminhou a GFIP comprovando incidência da referida alíquota. Sem ressalvas.

Submódulo 2.3 (Benefícios mensais e diários)

2.1.6. A empresa não apresentou as CCTs a qual as categorias profissionais da proposta se vinculam, o que impede a aferição da compatibilidade dos benefícios indicados na planilha com o estabelecido nas Convenções Coletivas.

MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão.

2.1.7. Os percentuais utilizados para o cálculo do gasto com as dispensas por aviso prévio trabalhado e indenizado foram apresentados em consonância com a metodologia adotada nos Acórdãos TCU nº 1.904/2007 e nº 3006/2010–Plenário e os demais itens estão compatíveis com o modelo de planilha anexa ao Edital. Sem ressalvas.

MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.

2.1.8. Os percentuais relativos ao adicional de férias (submódulo 2.1) e às férias (submódulo 4.1) totalizam 12,10%, consoante percentual que será provisionado para a Conta Vinculada, conforme Anexo XII da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017.

2.1.9. Para os demais itens que compõem este módulo a licitante deveria apresentar a memória de cálculo que deu suporte aos percentuais utilizados, conforme exige o item 9.1.2.1 do TR.

MÓDULO 5 - Insumos de Mão de Obra.

2.1.10. Os valores mensais estimados pela licitante encontram-se significativamente abaixo do estimado pela Administração, o que demanda a apresentação de justificativas por parte da licitante.

MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

2.1.11. A licitante não apresentou documentação que comprove o enquadramento do regime tributário da empresa, o que impede a aferição da compatibilidade com as alíquotas utilizadas em sua planilha de custos.

2.2. Ante o exposto, observa-se que a proposta de preços e planilha de custos e formação de preços apresentada pela empresa não atendem às exigências do instrumento convocatório.

3. DA QUALIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1. Para fins de comprovação de sua aptidão técnica as licitantes devem demonstrar que já executaram contratos com o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho a serem contratados, pelo período mínimo de 3 (três) anos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme itens 9.11.1 e 9.11.5 do Edital.

3.2. Assim, considerando que o Termo de Referência dispõe que serão alocados 336 empregados para a execução do objeto, a proponente deve comprovar a execução de contratos cujo somatório dos postos de trabalho seja de, no mínimo, 168 empregados por pelo menos 36 meses, que equivalem aos três anos exigidos.

3.3. Contudo, os documentos apresentados comprovam a execução do quantitativo mínimo dos serviços somente no período de jan/2019 a set/2021, o que equivale a somente a 33 meses, montante inferior, portanto, ao necessário para atender os critérios estabelecidos nos itens 9.11.1 e 9.11.5 do Edital.

3.4. Assim, considerando que a proponente apresentou os documentos de habilitação técnica em desacordo com os requisitos estabelecidos, esta área demandante se manifesta pela inabilitação técnica da empresa CONTATO SERVICOS DE CONSERVACAO E MANUTENCAO EIRELI - CNPJ nº 04.768.594/0001-36.

4. CONCLUSÃO

4.1. Ante o exposto, encaminhamos os autos à Coordenação de Suprimentos e Serviços Gerais para apreciação, e, se estiver de acordo, com sugestão de envio dos autos à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais, e posteriormente à Divisão de Licitações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL, para a continuidade do certame.

IVAN LUIZ GRAZIATO

Agente Administrativo

De acordo.

Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais na forma proposta.

LORENA FERREIRA REIS

Coordenadora de Suprimentos e Serviços Gerais - Substituta

Aprovo a presente Nota Técnica.

Encaminhe-se à Divisão de Licitações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para as demais providências cabíveis.

SANDRA CHAVES VIDAL

Coordenadora-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA CHAVES VIDAL, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais**, em 26/04/2022, às 17:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Ferreira Reis, Coordenador(a) de Suprimentos e Serviços Gerais - Substituto(a)**, em 26/04/2022, às 17:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Luiz Graziato, Agente Administrativo(a)**, em 27/04/2022, às 08:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17865514** e o código CRC **EFE3DC3C**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.